

## Editorial

MORTOS SEM  
SEPULTURA

Apesar de negociada nos estertores da ditadura militar, a Lei de Anistia, de 1979, nunca foi inteiramente aceita por parte da opinião pública, sendo questionada inclusive por uma arguição apresentada ao Supremo pela OAB.

A entidade argumentou que a anistia não beneficiava os agentes do Estado responsáveis pela violação de direitos humanos. No entanto, o STF revalidou a interpretação de que a lei contemplou tanto as vítimas como seus algozes.

Com isso não se conformou, no entanto, o Ministério Público Federal, que criou um grupo para cuidar do assunto, depois que uma sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil por um caso no Araguaia.

A tese do MPF é a de que os crimes de sequestro e ocultação de cadáver são permanentes e não foram beneficiados pela Lei de Anistia. Para ele, como os corpos dos desaparecidos não apareceram até hoje, eles estão sequestrados.

Em seu apoio, Cortes internacionais como a da OEA têm posição de que crimes contra a humanidade não prescrevem e não podem ser anistiados. O Brasil deve investigar e denunciar os autores de crimes de desaparecimento forçado.

De sete denúncias feitas pelo MPF à Justiça Federal, nenhuma prosperou, no entanto. Orientando-se pela decisão do Supremo, os magistrados têm rejeitado a tese dos procuradores federais, afirmando que todos foram anistiados.

O ex-ministro Eros Grau é citado com frequência pelos juízes federais em seu apoio. Preso e torturado durante a ditadura, Grau foi o relator, no Supremo, da ação proposta pela OAB, defendendo sua rejeição.

Segundo os juízes federais, os crimes cometidos durante o regime militar estariam anistiados ou prescritos. Assim, a tese de crime permanente não se sustenta, não sendo cabível a revisão da Lei da Anistia.

Os procuradores federais deverão recorrer ao Supremo. Apesar dos poucos casos relatados, entre os quais o do jornalista comunista Mário Alves, pelo Código Penal, o delito de ocultação de cadáver não prescreve.

## SEMPRE EDITORA LTDA

**FUNDADOR** Vittorio Medioli  
**PRESIDENTE** Laura Medioli  
**VICE-PRESIDENTE** Luiz Alberto de Castro Tito  
**DIRETOR EXECUTIVO** Heron Guimarães  
**DIRETOR FINANCEIRO** Marcos de Oliveira e Souza

**GERENTE COMERCIAL**  
Fabiano Guerra

**GERENTE DE TECNOLOGIA**  
Fábio A. Santos

**GERENTE INDUSTRIAL**  
Guilherme Reis

**GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**  
Walmir Prado

**GERENTE DE MARKETING**  
Alessandra Soares

**GERENTE DE CIRCULAÇÃO**  
Isabel Santos

**GERENTE DE ASSINATURAS**  
Maria Beatriz Braga Rocha

**EDITORA EXECUTIVA**  
Lúcia Castro

**SECRETÁRIA DE REDAÇÃO**  
Michele Borges da Costa

**ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO**  
Murilo Rocha

**CHEFE DE REPORTAGEM**  
Renata Nunes

**EDITORES**

Opinião: Victor de Almeida

Economia: Karlon Aredes

Política: Carla Kreeft

Magazine: Silvana Mascagna

Brasil/Mundo/Interessa: Carla Chein

Esportes: Denner Taylor

Cidades: Marina Schettini

Primeira: Frederico Duboc

Fotografia: Rejane Araújo

## O.PINIÃO

Duke



\*Charge publicada em 20/04/13

www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

Quando o verniz de socióloga  
é apenas um adereço ordinário

Como Roseana não sabe lidar com o sistema penitenciário?

**T**eoricamente, sociólogos dariam governantes comprometidos com a cidadania. A vida diz que não! É só relembrar os oito anos de governo de FHC e os 20 de Roseana Sarney no Maranhão. Ambos sociólogos.

A mídia e o governo Dilma tipificam de “crise” as cenas de banditismo que amedrontam o povo e acam o governo no Maranhão. Discordo. Não há crise. Há exibição pública do gerenciamento habitual de um Estado à la clã Sarney – como propriedade privada da família! O dismantelo não é de hoje e confirma a célebre frase que “Não há vazios na política”. Quando um governo não comparece, outros assumem o poder de mando.

Quem detém o poder de mando no momento é o crime organizado e entrincheirado, como disse Alberto Dines, na bastilha maranhense de Pedrinhas (“A ilha de felicidade chamada Maranhão”, 11.1.2013): cria do descontrolado carcerário e da imoral terceirização dos serviços, que enche de reais as burras dos amigos, usurpando o direito de ir e vir na ilha de São Luís e matando inocentes. Como Roseana não é responsável? Como uma socióloga não sabe lidar com o sistema penitenciário? A Suécia já demonstrou como se fecham presídios!

A capitania hereditária do Maranhão já deu até o que teria de não dar: uma mártir da violência, Ana Clara Santos Sousa, 6, incendiada que morreu quase à míngua, sem acessar cuidados especializados. No Maranhão, não há unidade de queimados nem pra fazer um chá! As bravatas e lágrimas de natureza escorpíonica do sena-

dor e da governadora Sarney são de uma hipocrisia inominável.

O Palácio dos Leões é a casa paterna de Roseana – quando o pai foi eleito governador, ela estava com 12 anos (1966) –, onde, até hoje, usufrui benesses palacianas rodeada de mucamas e lacaios, que cuidam para que nada amue a “Branca”, apelido não à toa! Ser chamada de “Branca” no Maranhão, ainda muito marcado pelas relações escravocratas, possui o significado inequívoco de “sinhazinha”, cercada de mimos, até gastronômicos. Tem sido assim nos quatro man-

**Cria do descontrolado carcerário e da imoral terceirização dos serviços, que enche de reais as burras dos amigos. Como Roseana não é responsável?**

dados da governadora.

A capitania hereditária do Maranhão já deu o que tinha de dar para os Sarney, hoje riquíssimos. O Maranhão está com parte de seu tecido social esgarçado e o povo sitiado porque eles permitem, via omissão. Se restasse algum “senso de noção”, o pai deixaria que ela trocasse o repouso sexagenário na ilha de Curupu (Raposa, MA) para a ilha de Manhattan (Nova York, EUA), como ela deseja. Mas a vasilha do ter nunca enche, e a sede de poder é inesgotável: a família exige que ela volte para o Senado! É o tributo de gênero das mulheres que entraram na política “tendo como base o poder ancestral, especificamente

o patriarcal” (Fátima de Oliveira, “Em nome do pai... e do clã”, 2002).

No domingo passado, pai e filha publicaram dois artigos que parecem paridos da mesma pena, cuja tônica é a fuga da responsabilidade pelo caos, nos quais dizem que o “Maranhão nunca teve tradição de violência... O que se passou em Pedrinhas é ato de selvageria e barbárie” (“O Maranhão de verdade”, Roseana Sarney, “FSP”, 12.1.2014) e “O Maranhão nunca teve uma tradição de violência. Sempre fomos gente de paz... O Maranhão não merece o que aconteceu em Pedrinhas” (“A violência em seu labirinto”, José Sarney, “EMA”, 12.1.2014). Os crimes do latifúndio e a pistolagem persistem.

Ou seja, padre Antônio Vieira estava certo quando disse, em “Sermão da Quinta Dominga da Quaresma”, “No Maranhão a corte da mentira. O galante apólogo do diabo. O M de Maranhão. No Maranhão até o sol e os céus mentem”.

DUKE

